**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO ENSINO COLABORATIVO: FORMAÇÃO CONTINUADA NA ATPC.**

Érica Gois Nicochelli

Unesp – Presidente Prudente / SP

erica.gois@unesp.br

**Eixo: Educação e Diversidade**

**Palavras-chave: educação inclusiva; ensino colaborativo; formação continuada.**

**Resumo – Relato de Experiência**

Este relato descreve uma iniciativa de formação continuada durante os momentos de Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), visando abordar o processo de ensino e de aprendizagem de estudantes com deficiência na escola pública estadual. A prática surge da necessidade de reflexão sobre questões pedagógicas observadas na sala de aula comum pelo professor especializado e pela equipe gestora. Ademais, é notável o aumento de matrículas de estudantes com deficiência em escolas públicas e isso tem evidenciado a necessidade de serem organizados momentos formativos no ambiente escolar. A partir daí, foi recentemente regulamentado o Projeto de Ensino Colaborativo pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, visando à construção e o fomento de uma cultura inclusiva na escola regular. Com isso, tal formação durante as ATPCs é justificada pela necessidade de reflexão coletiva sobre práticas pedagógicas planejadas para todos os estudantes e, em especial, àquelas propostas de acessibilidade curricular para os estudantes com deficiência na sala de aula comum. Nesse sentido, o desafio central reside nas dificuldades enfrentadas pelos professores regentes ao lidar com as individualidades e potencialidades de estudantes com deficiência em suas turmas. Como forma de orientar a formação entre os pares, foram selecionados os seguintes objetivos: promover a compreensão da educação inclusiva na escola regular por meio da legislação vigente; fornecer estratégias metodológicas para que o ensino colaborativo aconteça de forma articulada com as necessidades do professor regente. A formação envolveu a produção de perfis individuais dos estudantes com deficiência, seguida pela apresentação de sugestões práticas para a realização em sala de aula, não somente para os estudantes elegíveis aos Serviços da Educação Especial, mas também para toda a turma. Além disso, foram apresentadas atividades planejadas a partir dos slides do Material Digital produzidos pela Seduc-SP como forma de conscientizar os docentes sobre a proposição de momentos de ensino e de aprendizagem que mobilizem a igualdade de acesso ao currículo, mesmo que sejam feitas adequações, flexibilizações ou até mesmo adaptações curriculares, desde que analisadas as singularidades de cada estudante. A prática em questão foi embasada nas políticas educacionais, destacando a Resolução Seduc 21/2023, que regulamenta a educação especial, aborda os aspectos que promovem o ensino colaborativo, as atribuições de cada integrante da equipe escolar, bem como os princípios de inclusão e diretrizes para estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Diante desse cenário formativo, temos observado um avanço nas práticas pedagógicas dos professores regentes em articulação com os professores especializados, além de percepções satisfatórias para novas discussões sobre o planejamento de atividades didático-pedagógicas futuras. Com isso, a experiência relatada tem como proposta complementar, oportunizar uma formação continuada para além da promoção de uma igualdade de direitos educacionais e, sobremaneira, alinha-se com o eixo temático do COPED no que diz respeito à educação para a diversidade humana correlacionada à inclusão escolar de todos os estudantes com ou sem deficiência. Logo, a formação em serviço possibilita uma reflexão sobre práticas pedagógicas, destacando a necessidade de abordagens diversificadas para atender às necessidades individuais dos alunos.

**Referências**

# SÃO PAULO. Resolução Seduc 21 de 21 de junho de 2023. Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA.